

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 075

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## *Representação Partidária*

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kiele - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02 - Marcos Isfer e Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 019ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
05 DE JUNHO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Edno Guimarães.

Às dezoito horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1779**

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a preferência de discussão e destaque para as Proposições nºs 010/2001, item 08, e Proposição 008/99, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO Nº 1780**

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para discussão e votação da Proposição nº 008/99, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

**REQUERIMENTO Nº 1778**

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco das Proposições de Veto, itens 01 a 08, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e destaque para a Proposição nº 010/2001, item 08 e Proposição nº 008/99, item 03, da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

**Rejeitado.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Para Encaminhar**)

Acredito que o veto apostado na criação da Região Metropolitana de Ponta Grossa, poderá ser estendido às Regiões Metropolitanas de Londrina, Maringá e Cascavel. Alerto aos senhores deputados da Base Governista, que mesmo com o pedido do Líder Durval Amaral, que acredito fará o encaminhamento contrário a esse requerimento, desejo a preferência na votação para que no dia de amanhã, também não tenham o mesmo tratamento que está sendo dado hoje à Região Metropolitana de Ponta Grossa.

E ainda mais aos deputados que representam Londrina: Moysés Leônidas, Luiz Carlos Alborghetti, os outros deputados que têm assento e domicílio - como o Belinati - em Londrina, também serão afeta-

dos por esse efeito dominó que irá os alcançar. Como também o Deputado Sérgio Spada e outros, como o Chico Noroeste, que representam o Oeste, que no dia de amanhã terão também as suas regiões metropolitanas criadas para ter, em organismos internacionais, os meios pelos quais possam ser criados os pulmões respiradores, os parques ambientais, o saneamento básico, o intercâmbio da transitabilidade com o valor, como aqui, tem a região metropolitana, onde converge toda a região, pelo valor de uma passagem municipal. É o que queremos em Ponta Grossa: que Carambeí, que a nossa Imbituva, que em Palmeira, que a região que ali está, tenha o mesmo tratamento que tem a Capital do Estado.

Peço aos senhores deputados, que mesmo com a orientação do Líder do Governo, votem com as suas consciências e não com aquele chamamento igual ao que chamamos, aquilo que realmente gostamos, e que é o melhor amigo do homem.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam o requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk, permaneçam como estão.

**Rejeitado.**

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Será feita verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam o requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk, queiram levantar-se.

Dezenove (19) senhores deputados.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Queria que fizesse o registro de que, além da Bancada do povo, o Deputado Plauto e o Deputado Moysés Leônidas.

Os demais são conhecidos, que sempre votam pela razão.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Queria dizer ao Deputado Luiz Carlos Zuk e aos demais deputados, que foi criada a Região Metropolitana de Londrina, e em termos de centavos - para falar em centavos - não ganhamos nenhum nesta década. Mas, entendo até que estamos caminhando, realmente, para sua questão da valorização da pessoa. E a pessoa ou as pessoas irão viver nos municípios, e é lá que queremos as estruturas.

Por eu ter uma formação extremamente municipalista, acho que deveríamos até repensar, realmente, essa questão e gostaria até de ter votado em separado para poder derrubar o veto dado, casualmente, pelo ex-colega de Bancada.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Senhor presidente, gostaria de justificar meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para justificar o seu voto, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Senhor presidente, na verdade, as regiões metropolitanas que são criadas, não entram, na prática do objetivo da criação da região.

Ora, se a Região Metropolitana de Curitiba cumpri-se a lei, todos os empréstimos nacionais e internacionais que recebe Curitiba, poderiam ser compartilhados com os municípios da região metropolitana. Enquanto o Estado, através da Secretaria do Lubomir Ficinski, não sei, a Paranacidade, paraestatal, está administrando recursos, os municípios poderiam, dada a sua importância econômica regional, adquirir um empréstimo junto ao BIRD ou ao Banco Mundial e ter o aval da União, e dividir os recursos.

Vejam os senhores, levanto este tema, porque Curitiba, talvez cada 10, 12 reais que tem por habitante, a região metropolitana está condenada ao empobrecimento, sobretudo porque o cidadão vem do interior para morar em Curitiba. Chega aqui e não tem mais terreno, não tem mais habitação fácil, é cara. Ele acaba na região metropolitana. Então, seria o quê? O IPPUC, que é um órgão técnico capaz, e que planejou Curitiba, poderia aproximar-se da URBS para desenvolver um projeto de desenvolvimento metropolitano, sobretudo no que diz respeito às funções públicas de interesse comum, por exemplo: a coleta do lixo, o transporte coletivo, a água, que é interesse comum, a segurança pública, evidentemente, é um interesse comum.

Então, vejam o contra-senso das coisas. Enquanto o Paranacidade, o Paranaurbano é criado para os municípios do interior, passa o dinheiro para Curitiba, que já é rica. Isso é irregular. Isso é ilegal. Isso não é justo, porque quando deixamos de passar, quando passamos para o Município de Curitiba recapar as avenidas com o dinheiro que tem, os nossos municípios têm necessidades. E olha, senhores deputados, Curitiba e a região metropolitana representam 76% da receita do ICMS do Estado. A Cidade de Curitiba representa 60%, global.

Então, logo vamos notar que o dinheiro está em Curitiba. Por isso, qualquer prefeito que passar por Curitiba, será um excelente prefeito em relação ao município vizinho da região metropolitana ou o Município de Guaparuva, de Londrina, de Maringá, de Cascavel, de Pato Branco.

Para chamar a atenção dos senhores deputados, Florianópolis é uma Capital do Estado de Santa Catarina, mas é diferente a sua situação econômica, porque lá não estão as principais indústrias, lá não está a principal receita do Estado.

Então, senhor presidente, para justificar, gostaria de ver os pequenos agrupando-se. Isso pode acontecer em termos de região metropolitana, pode acontecer em termos de pequenos produtores rurais, pode acontecer em pequenas cooperativas, pode acontecer naturalmente no seio da nossa sociedade, a fim de que os pequenos unidos, possam se tornar médios e a partir daí grandes. Então, esse é o nosso discurso e a nossa consideração, baseados, sobretudo, senhor presidente, nas questões regionais do nosso Estado.

Vossa Excelência, que é presidente desta Casa, do Norte Pioneiro, lá é uma micro, uma média região, uma meso região, que tem a necessidade da presença do Estado. O Noroeste do Estado - Paranaíba - precisa da presença do Estado, precisa de um projeto específico regional, o nosso litoral da mesma forma.

Então senhores deputados, não vou me alongar, mas vou dizer a idéia de agrupar as regiões metropolitanas é para credenciá-las, para que elas possam ter a possibilidade de se valer de uma lei para contrair empréstimos, para interesses comuns, que sejam interesses evidentemente político, econômico, social e tudo mais.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, também quero encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por cinco minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, gostaria de ter a atenção, especialmente do meu caro amigo, Deputado Luiz Carlos Zuk. Gostaria de ter a atenção do Deputado Luiz Carlos Zuk.

Senhor presidente, quando me elegi parlamentar, me elegi deputado - e se não me falha a memória, Deputado Waldyr Pugliesi, seria um menosprezo ao número de votos que muitos deputados tiveram, cheguei perto dos 60 mil votos e até passei. O meu caro Deputado Luiz Carlos Zuk encaminhou a votação de uma forma brilhante, defendendo a região de Ponta Grossa, da qual ele tem todo o direito de fazer a defesa. Agora, o Deputado Luiz Carlos Zuk não tem o direito de usar adjetivos e sinais que ofendem - pelo menos a mim ofendem - quando faz sinal, este sinal aqui, de quem chama cachorro. Outros adjetivos que ele usou aqui, ofendendo a quem vai votar contra o seu projeto.

Ora, primeiro, senhor presidente, esta votação é secreta. Então, quer dizer, ofender alguém num voto secreto! Vou votar aberto e favorável ao veto. Por isso me senti, Deputado Luiz Carlos Zuk, ofendido pela forma como Vossa Excelência trata os parlamentares que se posicionam contra as suas posições. Não é possível num parlamento, onde as tratativas parlamentares devem ser exercidas de uma forma educada e dentro dos princípios

que um parlamento merece, e nós, nas últimas sessões - não quero registrar apenas o seu posicionamento, quero discordar porque o seu foi o último, mas quero discordar de vários parlamentares que têm aqui usado de adjetivos, de palavras que não cabem a um parlamentar no encaminhamento de uma questão, àqueles parlamentares que se posicionam contra a sua posição.

O parlamentar está aqui para exercer o direito do voto. E aquele que exerce o direito do voto, não deve e não tem que ser chamado a atenção. Ele pode ser criticado, ele pode, sim, ser combatido na sua posição, mas dentro de um vocabulário e dentro das tratativas de um Parlamento da altivez que este Parlamento merece. Por isso, Deputado Luiz Carlos Zuk, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, Vossa Excelência tem respeitado aqui a sua cidade, tem defendido, talvez o ímpeto de defender Ponta Grossa, Vossa Excelência se excede no seu vocabulário e desrespeita.

Considere-me desrespeitado pela forma com que Vossa Excelência encaminhou aqui, este projeto. Peço desculpas a Vossa Excelência por ter saído da 1ª Secretaria e ter vindo dar este encaminhamento. Mas talvez sirva para alertar a todos os parlamentares e até a mim próprio, para quando eu encaminhe uma votação e quando eu veja que vou perder esta votação, para que eu não me exalte, para que eu não falte com a educação, para que eu use de um vocabulário apropriado para um Parlamento. Porque senão, chegaremos a ponto - e tenho momentos - de ter vergonha de ver determinados encaminhamentos, nesta Casa, porque a tratativa parlamentar aqui, não está sendo respeitada.

Era esse o encaminhamento que eu tinha, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Para Encaminhar**)

Quero parabenizar o 1º Secretário desta Casa, Valdir Rossoni.

Já era tempo de alguém falar neste tom, porque, senhor presidente, inclusive comuniquei ao Deputado Zuk - a quem respeito e prezo a amizade e admiro - que, faltando um segundo pela sua brilhante colocação em defesa da Região Metropolitana de Ponta Grossa, a qual também defendemos, a Região Metropolitana de Maringá, que no último segundo ele perdeu meu voto, por ter usado desta forma infeliz.

Desculpe, você é um "baita" de um companheiro, mas virar para o nosso lado e dizer que nosso líder, Durval Amaral, nos chama, subentendendo "cachorros" e cachorro num tom pejorativo - porque tenho um cachorro que adoro, é um cachorro perdigueiro, maravilhoso, que me acompanha, só não dorme comigo. Mas anda comigo por toda a fazenda. E cachorro, para mim, no termo exato da palavra, é um termo maravilhoso!

Agora, Vossa Excelência usou de um termo pejorativo, que quase se diz de baixo calão. Então, parabeno nosso ex-líder e atual 1º Secretário da Casa, porque já era hora de tomarmos cuidado com as palavras. Não ofendermos a moral, a integridade de cada companheiro. Porque, aqui, todos estamos defendendo nosso Estado, nossas regiões, nossas idéias, todos temos auto estima, todos nos orgulhamos das nossas posições, temos satisfação de dar a sociedade e ao eleitor.

Senhor Presidente, vai caber nos julgar, como devemos ser julgados.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Peço a palavra, senhor presidente.

Acredito que o 1º Secretário da Casa, realmente, deve ter levado para um outro lado que não foi a intenção nossa. Falei para o Deputado Braz Palma - e ele é testemunha e não vai faltar com a verdade - que quando fiz assim (**gesticula com os dedos**), é quando o Deputado Durval Amaral levanta e faz assim (**gesticula com os dedos**) para a Bancada. Ele levanta e faz assim (**gesticula com os dedos**).

Agora, se o deputado levou para o sentido de que realmente a sua consciência aceita, não posso retirar. As palavras estão aí, nas notas taquigráficas. O sentido que colocamos - não hoje - em todos os nossos pronunciamentos, é da valorização do deputado pela subserviência que temos, nesta Casa! Tem deputado que vota contra a consciência! Tem deputado, Valdir Rossoni, que chega em casa e é cobrado pela família pelo posicionamento! Tenho colegas que me contaram que às vezes têm vergonha da mulher, dos filhos, pela obrigação do governo! Pela obrigação do governo! Uma obrigação de voto!

Quero dizer que em todas as oportunidades que falei ali, daquela tribuna, e aqui onde aparteio, não foi no sentido de magoar quem quer que seja. Se Vossa Excelência, que é meu amigo, levou para este lado, tenha a certeza absoluta que não foi feita com esta intenção, a não ser aquele procedimento que o ilustre amigo, Deputado Durval Amaral fez da Bancada dele, faz assim (**gesticula com a mão**) ou qualquer coisa com a mão! É isso mesmo, ele faz assim: levantem!

E às vezes, Deputado Hermas Brandão, quem não quer votar, é obrigado e às vezes é pedido, nominalmente, para se levantar. Mas, não quero polemizar. Quero dizer que a nossa Região de Ponta Grossa, a região metropolitana, é uma região que precisa ser implantada, ela vai buscar aqui, junto à Curitiba, alguma divisão de renda, divisão de investimento. Não é um mal a nós, é um bem ao Paraná.

Acredito que o respeito nesta Casa, tenha certeza, é recíproco. E teremos oportunidade, todos os momentos, de nos posicionarmos e aqueles que aqui falam contra qualquer posição, falam pela sua posição pessoal.

Não ofendi ninguém. Mas, se a partir de agora, necessário for, tem aí uma corregedoria, e partiremos

para outro tipo de jogo. Eu jogo leal, jogo limpo, mas não admito, senhor presidente, que alguém que não quis atacar, de uma posição que não é nossa, venha dar lição de moral, a quem quer que seja.

Meu pai já morreu, a pessoa que mais queria, também morreu, que era o meu filho. Não será nenhum deputado - falo agora a você, Valdir Rossoni - que vai me chamar a atenção ou vai colocar palavras na minha boca, o que eu não disse.

Não falei. Nunca ataquei ninguém nessa Casa. Nunca fiz nada contra quem quer que seja. Veja os Anais, é a quarta vez que sou deputado.

Se sou veemente, se tenho a garra de defender o povo, de defender quem quer que seja, tenha certeza, não serei de agora em diante, senhor presidente. Não serei, a não ser naquilo que realmente sabemos, a condição pela qual eu respeito. Tenho respeito a Vossa Excelência, a todos os senhores deputados. Mas, lição de moral, Vossa Excelência, que foi meu colega - e é - não tem autoridade para vir pedir um aparte, e dar lição de moral a quem quer que seja.

Sei muita coisa, Deputado Valdir Rossoni. Vossa Excelência é testemunha quando aqui vieram oficiais, militares da Polícia Militar, lhe atacar e mostrar aquilo que o senhor sabe, lhe defendi e defenderei em todas as posições, porque sei que é mentira, que é infâmia, calúnia.

Mas tenho certeza absoluta, Valdir Rossoni, jogo qualquer tipo de jogo, aceito qualquer posição de debate, mas nunca lição de moral. Vou continuar naquela tribuna, enquanto deputado for, não defendendo Ponta Grossa, nem tão somente o Paraná, mas defendendo a moral desta Casa, que infelizmente, Deputado Valdir Rossoni, com a graça do Presidente Hermas Brandão, está difícil, comprometedor. E temos a certeza absoluta, que queremos o bem comum de todos.

Vossa Excelência, Presidente Hermas Brandão, convocou uma reunião para esta tarde, transferiu para amanhã, pela responsabilidade do cargo que tem. Sua pessoa serve de exemplo de cuidar da moral desta Casa.

Mas, moral, a Bancada da Oposição tem suficientemente alta. O vosso aparte, o seu discurso, não cabe a nenhum de nós. Não cabe a ninguém, desde o Waldyr Pugliesi, que é o nosso líder, a todas as lideranças, a todos os companheiros.

Não aceito, deputado, que alguém venha aqui, dizer que desrespeitamos alguma posição que é tomada com voto. Cada um vota com a consciência, cada um aqui, é senhor de si, não temos nada um contra o outro, temos posições ideológicas, políticas. Mas, moral, Deputado Valdir Rossoni, ninguém atacou moral de quem quer que seja.

Falei para o Deputado Braz Palma quando foi, ele viu e é testemunha do que falamos. Mas agora, Deputado Valdir Rossoni, quero encerrar, quer continuar como somos. Vossa Excelência é que decide a maneira do jogo daqui para a frente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, acho que cabe a Vossa Excelência, já que concedeu duas vezes a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk, cabe a mim também.

Não vejo necessidade de nos exaltarmos...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só pediria - estamos em processo de votação - que Vossa Excelência pudesse concluir rapidamente, porque este tipo de discussão nesta Casa, esta Casa não ganha nada. Esta Casa só perde.

Eu, como presidente desta Casa, muito preocupado, fico até triste com certas colocações, porque temos que entender que a Assembléia Legislativa é continuação do nosso lar. E ações desta natureza não engrandecem a nossa Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI

Por eu, senhor presidente, concordar com o que Vossa Excelência disse aqui, e não vejo motivo da exaltação nas palavras do Deputado Luiz Carlos Zuk, que não vim aqui fazer uso da palavra para repreender a moral da Oposição, porque respeito a Oposição, como respeito os deputados do Governo. Respeito aqueles que votam a favor, respeito aqueles que votam ao contrário. Mas novamente, o Deputado Luiz Carlos Zuk, pelo ímpeto que tem e a vontade de defender Ponta Grossa, incorre em novo erro, no seu pronunciamento.

Ele diz que deputados têm vergonha de votar e depois têm vergonha de encarar as suas esposas e filhos.

Quero dizer que em todas as vezes que votei nesta Casa, nunca tive vergonha de assumir publicamente a minha posição.

Deputado Luiz Carlos Zuk, Vossa Excelência tem por mim o maior apreço, mas tenho o direito de discordar de Vossa Excelência, e me sentir ofendido pela forma com que Vossa Excelência colocou.

Nada disso, vai levar uma guerra de palavras.

Nada pode levar à falta do decoro parlamentar entre nós. Mas eu, como parlamentar, tenho o direito de vir aqui discordar de Vossa Excelência. Quem sou eu para dar lição de moral em um deputado tão experiente quanto Vossa Excelência.

Mas não é pela sua experiência que vou me calar e quando me sentir ofendido dizer aqui a este Plenário que me senti ofendido. Me senti ofendido pelas tuas palavras, mas quero dizer que tenho respeito e por ter respeito a Vossa Excelência é que voltei a fazer uso da palavra, para colocar a Vossa Excelência que acredito que seja um momento de reflexão, a todos, inclusive a mim, para que as tratativas parlamentares sejam aqui tratadas com muito cuidado. Para que não hajam essas agressões entre parlamentares, que têm que conviver aqui pelo menos 15 horas por dia.

Agradeço pela bondade de Vossa Excelência, senhor presidente, espero obter a compreensão de Vossa Excelência, o Deputado Luiz Carlos Zuk, que tão bem

representa Ponta Grossa e também aos parlamentares que aqui votarão esse veto que procederemos a votação agora.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, são incidentes que entre homens educados, com certeza terão um bom desfecho.

Temos uma boa convivência, o Deputado Luiz Carlos Zuk merece o nosso respeito, assim como o Rossoni.

Infelizmente tem algumas colocações que foram feitas que não agradou, o Deputado Rossoni também veio com a mesma firmeza e as fez.

Mas como o Deputado Rossoni disse aqui que não quis, não pretendeu dar lição de moral a ninguém, eu solicitaria a Presidência, que requeresse à taquigrafia, que excluísse do pronunciamento do Deputado Divanir Braz Palma, dizendo que o Deputado Rossoni deu uma lição de moral no Deputado Luiz Carlos Zuk.

Esta era a minha questão de ordem.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, pediria ao Deputado Spada, que além de votar, tem que falar. Aqui é um parlamento.

Então, gostaria de fazer a seguinte ponderação ao senhor presidente e à Casa.

Antes aqui, as sessões eram muito mais rápidas, muito mais curtas do que está acontecendo hoje. Hoje começa as 14h30 e já são 7h da noite e a sessão continua.

Então, evidentemente, o Plenário e os deputados também se estressam, porque aqui, cinco horas de sessão, não é fácil.

Então, vamos dar o devido desconto do estresse emocional do Plenário, a fim de que não se repitam estes procedimentos de discussão, porque isto não ajuda.

Era esta a minha consideração.

(**Tumulto no plenário**)

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, peço que Vossa Excelência encerre a discussão, em virtude do processo de votação estar errada, que durante o processo de votação não cabe o uso da palavra e os ânimos se exaltaram.

Então, pediria a Vossa Excelência que - são 19h - que encerre a sessão, para que amanhã voltemos todos tranquilos a fazer uma nova sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos continuar a sessão. A sessão foi convocada extraordinariamente para votar os vetos e esta Presidência não considerará extraordinária se não houver votação.

Esta Presidência também, como já estava em processo de votação, eu faria uma solicitação aos senhores parlamentares que continuássemos o processo de votação. Peço até que haja a compreensão dos senhores parlamentares neste sentido.

O SR. NEIVO BERALDIN

Queria passar um comunicado à Casa, se Vossa Excelência me permite.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, só quero cumprimentar o serviço de Taquigrafia e o pessoal da Segurança que está aqui até este momento, agüentando a sessão.

O SR. NEIVO BERALDIN

O comunicado que desejo fazer à Casa é o seguinte: os membros da Comissão de Meio Ambiente amanhã, às 10 horas da manhã, haverá uma reunião pública...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado Neivo, está em processo de votação e este é um assunto que extrapola aqui a votação. Peço que Vossa Excelência faça este comunicado posteriormente à votação.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, agradeço ao senhor por assegurar o meu direito. Só queria fazer uma pequena observação ao Deputado José Maria: quando eu disse lição de moral, não foi ao Deputado Zuk não, a quem respeito e considero, mas a toda a Casa.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Não aceito lição de moral de ninguém...

(**Tumulto com discussões paralelas**)

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Então, quero dizer o seguinte: vou seguir a sugestão e vou tirar "lição de moral".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao serviço de Taquigrafia que retire.

O Deputado Luiz Carlos Zuk apresentou requerimento pedindo preferência de discussão e destaque para a Proposição nº 010/2001 e a Proposição nº 08/99. Não concluímos a votação.

Os que votam contrário ao projeto de deputado Luiz Carlos Zuk.

Dezoito (18) votaram favoravelmente.

Os que votam contrário ao requerimento, queiram levantar-se.

(**Pausa**)

Vinte e um (21) deputados.

Está **rejeitado** o requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cesar Silvestri, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação da Proposição

nº 008/99, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Rejeitado.**

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. O veto apostado ao Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, visa instituir o plano de carreiras aos servidores públicos civis, mais especificamente aos engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos. Fui engenheiro, tive a honra de ser engenheiro do Departamento Estadual de Estradas e Rodagem, o DER do Estado do Paraná, e este projeto do Deputado Geraldo Cartário visa acabar com as injustiças que vem ocorrendo há muitos anos com todos os engenheiros de uma forma geral, dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Para que vocês tenham uma idéia, Senhores Deputados, há dias atrás, falando com um engenheiro, colega meu, inclusive diretor geral do DER, engenheiro Paulinho Dalmas, um engenheiro do DER com 35 anos de profissão e na sua maioria não estão pedindo aposentadoria, porque eles estão percebendo R\$1280,00, com trinta anos de profissão.

Fico entristecido em ver que o Governador Jaime Lerner veta um projeto que é autorizatório, que visa, justamente, acabar com essa injustiça, que ele tem prerrogativa de instituir o plano, na hora que ele quiser. Única e exclusivamente, o Deputado Geraldo Cartário visa acabar com esta injustiça, até porque fica a critério do governador instituir o plano na hora que ele realmente quiser. Acredito que se todos tivermos a sensibilidade em aprovar e derrubar esse veto, estaremos fazendo com que o governador institua esse plano de cargos e salários, o mais breve possível, que é aspiração de todos os engenheiros, engenheiros civis, agrônomos, eletricitistas e também os arquitetos, que são funcionários públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Senhor deputados que aprovam o requerimento do Deputado Cesar Silvestri, queiram levantar-se.

Dezenove (19) senhores deputados aprovam o requerimento.

Vinte e três (23) senhores deputados rejeitam.

Está **rejeitado**.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto, itens 01 a 08, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 072/96, veto aposto ao Projeto de Lei nº 121/96, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a promover alteração do *caput* do artigo 51 da Lei nº 8933 de 26 de janeiro de 1989 (Lei do ICMS). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 337/96

Curitiba, 26.11.96.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 300/96 dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 121/96, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo dar nova redação ao *caput* do artigo 51 da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989 (Lei do ICMS).

A negativa de sanção do projeto de lei em referência, decorre não só do fato de a matéria estar totalmente superada e impossível de ser efetivada, pois a lei, cuja alteração é pretendida, foi recentemente revogada pela Lei nº 11580, de 14.11.96, que disciplina inteiramente a matéria pertinente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS e, ainda, em razão de parecer contrário expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

**(O Projeto de Lei nº 121/96 foi publicado no DA nº 032/96, de 09.04.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 72/96

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda de mensagem governamental, visa vetar o Projeto de Lei nº 121/96 de autoria do Deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a promover alteração no *caput* do artigo 51 da Lei 8933/89 - ICMS.

O veto aposto pelo senhor governador do Estado está de acordo com o prazo constitucional e regimental.

Sendo assim, somos favoráveis ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

**ITEM 02**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 022/98, veto aposto ao Projeto de Lei nº 516/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão de Eventos da Polícia Militar, em Curitiba, e a Companhia de Eventos da Polícia Militar, nas cidades sedes dos Batalhões da Polícia Militar, no interior do Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 294/98

Curitiba, 19.08.98.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 143/98 dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 516/96, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar o Batalhão de Eventos da Polícia Militar em Curitiba e a Companhia de Eventos da Polícia Militar nas cidades sede dos Batalhões da Polícia Militar, no interior do Estado.

O projeto de lei em referência não foi acolhido em face de sua indiscutível inconstitucionalidade, conforme bem esclarece o adiante transcrito Parecer nº 128/98, da Procuradoria Geral do Estado:

**“I - Da Consulta**

Pelo projeto de lei aludido autoriza-se o Poder Executivo a criar novos órgãos administrativos a compor a PMPR, quais sejam: o Batalhão de Eventos e a Companhia de Eventos da PM, com finalidade de exercer a fiscalização e serviços de policiamento preventivo e ostensivo, em eventos diversos, mediante a cobrança de taxa.

**II - Fundamentação**

A matéria aqui tratada encontra previsão legal específica no artigo 66, inciso IV da Constituição do Estado do Paraná que assim dispõe:

‘Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública (g.n).’

Assinale-se, ainda, o disposto no artigo 87, inciso IV do mesmo Diploma Legal que diz:

‘Art. 87 - Compete privativamente ao governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.’

Vê-se, assim, que ao pretender a criação de órgãos da administração pública, alterando a estrutura administrativa do Poder Executivo e disposto sobre as atribuições dos entes criados, o projeto em exame, de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado, deixa de observar as



disposições contidas nos artigos supra citados, que estabelecem, para a matéria, a iniciativa privativa do governador do Estado, em relação ao processo legislativo, colidindo desta forma com o texto constitucional.

Acerca do tema, por oportuno, transcreve-se a lição de José Afonso da Silva, *in* Curso de Direito Constitucional Positivo, 7ª edição, SP, Revista dos Tribunais, 1991, páginas 452/453, para quem a iniciativa legislativa 'é a faculdade que se atribui a alguém ou a algum órgão para apresentar projetos de lei ao Legislativo. Em rigor, não é ato de processo legislativo. É conferido concorrentemente a mais de uma pessoa ou órgão, mas, em casos expressos, é outorgada com exclusividade a um deles apenas'.

### III - Conclusão

Ante o exposto, a conclusão que se impõe é no sentido de se afirmar a inconstitucionalidade por vício formal do projeto em estudo (vício de iniciativa), tornando-se, portanto, despicienda a análise das questões de mérito respectivas.

É o parecer, *sub censura*."

Esses os motivos que me levam a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 516/96 foi publicado no DA nº 181/96, de 25.11.96).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 22/98

#### P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 516/96 de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão de Eventos da Polícia Militar em Curitiba, e a Companhia de Eventos da Polícia Militar, nas cidades sede dos Batalhões da Polícia Militar, no interior do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, § 1º).

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 008/99, veto aposto ao Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis, regidos pela Lei Federal nº 5194/66. COM RELA-

**TÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 041/99

Curitiba, 16.01.99.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 358/98 dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 173/98, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o plano de carreira dos servidores civis da administração direta, autárquica e fundacional, regidos pela Lei Federal nº 5194, de 24 de dezembro de 1966. Visa, ainda, criar cargos para composição de carreiras, estabelecer critérios para enquadramento de pessoal, realização de concursos, acessos e promoções de classe, bem como fixar vencimentos e atribuir vantagens.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que afronta o mandamento contido no artigo 66, incisos I e II, da Constituição Estadual, os quais conferem ao Governador do Estado a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem sua remuneração, assim como de leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Por outro lado, vale mencionar que o projeto de lei em causa foi preliminarmente apreciado pela Procuradoria Geral do Estado e Secretaria de Estado da Administração, tendo ambas ressaltado a inconstitucionalidade de que está eivado, por vício de iniciativa.

A Procuradoria Geral do Estado, através de seu Parecer nº 010/99, depois de haver citado vasta jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e apontar com inteira clareza a indiscutível inconstitucionalidade da medida, concluiu dizendo:

... "07. Assim, não resta dúvida a respeito da inconstitucionalidade do projeto de lei em tela.

08. Por ser inconstitucional portanto, está a merecer veto por parte do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos termos do que preceitua o artigo 71, § 1º, da Constituição Estadual.

09. Isto não significa que engenheiros, arquitetos, e engenheiros agrônomos não devam ter um Plano de Carreira. Muito pelo contrário. Com certeza, será ele um meio de dignificar a função pública. Não obstante, faz-se mister que ele seja decorrente do projeto de lei marcado pela constitucionalidade, mesmo porque há outras inconstitucionalidades visíveis naquele em análise que, pela exiguidade de tempo, é dispiciendo apontar. De

qualquer forma, o defeito constitucional clama pelo veto ou, se for o caso, uma ADIN, sempre indesejáveis aos interessados, mas necessários para preservar a estrutura legal. Assim, partir-se do respeito à regra das Constituições é a única forma factível, em se tratando de processo legislativo, de buscar-se a democracia das instituições.

Posto isto, opinamos no sentido de ser inconstitucional o Projeto de Lei nº 173/98, por tratar de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado, devendo, por esta razão ser vetado.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 173/98 foi publicado, em redação final, no DA nº 175/98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 08/99

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda de mensagem governamental, visa vetar o Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do Deputado Luiz Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a instituir o plano de carreira dos servidores públicos civis, regidos pela Lei Federal nº 5194/66.

Chamada esta comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, § 1º).

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.03.99.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/2000, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 465/99, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 028/2000

Curitiba, 01.02.2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 303/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição

Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 465/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 465/99 foi publicado em redação final no DA nº 188/99, de 07.12.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 019/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 465/99, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher de União da Vitória.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.02.2000.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
WALDYR PUGLIESI - Relator

#### ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 047/2000, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jesuítas o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 092/2000

Curitiba, 31.07.2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 014/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 259/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida, poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 259/99 foi publicado em redação final no DA nº 011/2000, de 02.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 047/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jesuítas o imóvel que especifica.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, bem como os prazos estabelecidos em lei.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

**ITEM 06**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 057/2000, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 518/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Paranaguá. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 168/2000

Curitiba, 05.09.2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 108/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 518/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 518/99 foi publicado em redação final no DA nº 086/2000, de 21.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 057/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 518/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Paranaguá.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

**ITEM 07**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 062/2000, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 641/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia anti-Tóxico no Município de Maringá. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 173/2000

Curitiba, 05.09.2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 102/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 641/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 641/99 foi publicado em redação final no DA nº 079/2000, de 14.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 062/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 641/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia Anti-tóxico no Município de Maringá.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

## ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 010/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 229/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que institui a Região Metropolitana de Ponta Grossa e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 022/01

Curitiba, 16/01/2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 241/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei Complementar nº 229/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a Região Metropolitana de Ponta Grossa, constituída pelos Municípios de Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Tibagi, Reserva, Ivaí, Ipiranga, Guamiranga, Imbituva, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Palmeira, Porto Amazonas, Carambeí, Sengés, Arapoti, Ortigueira e Ventania.

A negativa de sanção ao projeto de lei complementar em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, adiante transcrito, onde é feita a argumentação de ordem técnica demonstrando ser a medida contrária aos superiores interesses públicos, cujos termos ratifico e faço deles as razões do veto ora exposto:

“O conceito de região metropolitana, como espaço para equacionamento planejado de ‘serviços comuns’, tem implícitos os processos de urbanização de cidades que, por sua proximidade exigem a integração da coleta de lixo e de outros componentes do saneamento, do transporte coletivo e até mesmo a integração dos sistemas viários, em áreas de ‘conurbação’.

A ‘metrópole’ é, pois, um ambiente onde várias cidades tendem, se já não o são, para a formação de única grande cidade mas onde, no entanto, preexistem os domínios políticos-administrativos das cidades que lhe deram origem.

Neste ambiente, a integração dos serviços é uma imposição, torna-se compulsória.

Sob outros aspecto, que não os exclusivamente urbanísticos, o conceito de metrópole supõe um alto grau

de interdependência de atividades, entre as diversas cidades uma divisão espacial de funções que em situações normais, ocorreriam no interior da cidade principal. Surgem então, por exemplo, as ‘cidades-dormitório’, e a frequência dos deslocamentos diários do tipo casa-trabalho, entre as cidades, é significativo se comparado com os números de deslocamentos no interior de cada uma das cidades que gravitam em torno à cidade central.

A Cidade de Ponta Grossa não guarda com as cidades vizinhas relações deste tipo, nem no presente nem num futuro previsível.

Somos, por esses motivos, de opinião que o pretendido pelos senhores deputados não se coaduna com os critérios que têm norteado esta secretaria em casos anteriores, como os de Londrina e Maringá, com parecer positivo, ou o de Cascavel, sobre o qual nos manifestamos negativamente.

Entendemos, além disso, que os objetivos de utilizar técnicas de planejamento regional, tal como o exposto no parágrafo inicial da ‘Justificativa’, que tais objetivos podem ser perseguidos independentemente de se formalizar a condição de ‘Região Metropolitana’. Os municípios têm hoje autonomia para se associarem e, encontram, na forma dos consórcios municipais, amplo apoio legal e institucional por parte dos governos do Estado e Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 229/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 157/2000, de 13/11/2000).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 010/2001

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 229/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que visa instituir a Região Metropolitana de Ponta Grossa, e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal, regimental e constitucional, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

Atenção para a segunda chamada nominal.

Quarenta e nove (49) senhores deputados votaram, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela manutenção dos vetos: 25 (vinte e cinco) senhores deputados.

Pela derrubada dos vetos: 21 (vinte e um) senhores deputados.

Votos em branco: 03 (três) senhores deputados.

**Ficam mantidos os vetos.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para

quarta-feira, dia 06, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 064, 068/2000; 005, 017, 018, 020, 021, 028 e 029/2001.

Levanta-se a sessão.